

# **MEMÓRIAS, OBJETOS E ARQUITETURA: UM POUCO DA CULTURA ESCOLAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA CATARINENSE<sup>1</sup>**

Giani Rabelo

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo provocar uma aproximação da cultura escolar construída no estabelecimento de ensino “Honório Dal Toe”<sup>2</sup>, a partir das memórias de ex-professoras/es e ex-alunos/as, além dos suportes materiais que concretizaram as práticas e saberes pedagógicos dos sujeitos que fizeram parte de sua trajetória, entre os anos de 1930 a 1970.

O educandário em questão está localizado no bairro Verdinho, na Cidade de Criciúma/SC e sua atual denominação é Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Honório Dal Toé.

Nas análises aqui apresentadas partimos do princípio de que a trajetória deste educandário compõe o cenário histórico da escola pública catarinense, mas sem deixar de respeitar suas particularidades e especificidades.

Como Viñao Frago (2000), compreendemos que a cultura escolar configura-se como um conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas, uma vez que no interior delas são produzidas maneiras de pensar e de agir, que propiciam aos envolvidos nas práticas escolares “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas”, atitudes, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos, objetos e ritos escolares.

São discutidas questões relacionadas à construção do espaço escolar e ao envolvimento da comunidade, os entraves materiais

1 Esse artigo é resultado de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa “História e Memória: o processo de educação em Santa Catarina” (GRUPEHME/SC), cadastrado no CNPq desde 2002, vinculado à Diretoria de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense e por ela financiado. Foi publicado no livro *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*, Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

2 Esta escola pertence a Rede Municipal de Educação de Criciúma, foi criada nos anos de 1930, no bairro Verdinho, localizado na área rural da cidade.

vivenciados no processo de escolarização e o uso da lousa até a distribuição de cartilhas para os alunos e alunas, bem como a presença dos objetos escolares como dispositivos disciplinares.

## **A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR**

O primeiro espaço que serviu de escola para os filhos e filhas dos moradores da antiga localidade chamada Sangão Madalena, hoje denominada de bairro Verdinho, localizado na cidade de Criciúma/SC, funcionava na casa onde residia o Sr. Ângelo Casagrande, segundo sua filha, Cândida Casagrande Dal Toé<sup>3</sup>. Ela lembra que a escola funcionava num salão grande onde seu pai costumava fazer bailes. Quando isso acontecia, os bancos que serviam para as crianças sentarem eram retirados. Provavelmente, esse local não apresentava as mesmas características de uma sala de aula típica dos dias de hoje ou até daquelas salas conhecidas pelos mesmos alunos ou por outros, posteriormente. A necessidade e a vontade de ter os filhos alfabetizados era maior que as condições dadas naquele momento, mesmo que para isso fosse necessário se restringir à provisoriedade do espaço que servia de sala de aula e que, como num passe de mágica, transformava-se em um salão de baile. Essa transformação nos faz pensar sobre os significados que damos aos lugares, ou sobre como se constroem a partir dos significados que damos a eles. Não são estáticos, mas se movem e se transformam, reconfiguram-se. Assim um lugar regrado pelas normas da escola moderna, como obediência, disciplina, castigo, mas também permeado por uma relação complexa de astúcias, burlas, transgressões, resistência a essas imposições, transformava-se em espaço de entretenimento, folia, brincadeiras, galanteios.

Quando não havia escola na comunidade, as crianças tinham que estudar no São Roque e andar, em média, cinco quilômetros todos os dias, para chegar à escola. Silvina da Silva Ronconi Westrup<sup>4</sup> relata que suas irmãs chegaram a estudar em São Roque, mas, no momento em que os senhores Ângelo Casagrande e João Cesário foram buscar a professora, em Araranguá, para dar aula na casa

3 Cândida Casagrande Dal Toé (ex-aluna). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada no dia 06/10/2003, em Criciúma, para o GRUPEHME/SC.

4 Silvina da Silva Ronconi Westrup (ex-aluna). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada no dia 10/10/2003, em Criciúma.

do Sr. Ângelo, eles tiraram seus filhos daquela escola para estudar no Verdinho.

Há indícios de que, tempos depois, uma casa “bem boa” foi construída no terreno do Sr.Ângelo, com a ajuda da comunidade, para funcionar como escola.

Mais tarde, no início dos anos de 1930, a escola foi transferida para as proximidades do local onde foi construída a igreja. Há notícias de que a casa de madeira construída no terreno do Sr. Ângelo Casagrande tenha sido transferida para esse local, mas também existe outra versão: de que tenha sido construído um prédio de alvenaria ali, mas que, numa noite de temporal, acabou desmoronando, sendo substituído por um outro de madeira.

Nos anos de 1933, quando Honorata Pavei Maccari<sup>5</sup> começou a lecionar<sup>6</sup>, a escola já estava funcionando ali, próximo ao local onde foi instalada a igreja. O Sr. Custódio da Rosa, que veio para o Verdinho em 1935, lembra que, quando chegou à localidade, em torno de 1936, “a escola era uma casinha, como uma igrejainha de quatro águas”<sup>7</sup>.

Ao lado, havia uma casa menor na qual a professora residia, segundo D.Genoefa Darós, que estudou no início dos anos de 1930. Ela descreve a escola de uma maneira bastante distinta da forma como o Sr. Custódio da Rosa o faz. A partir de suas lembranças, diz: “A escola que estudei era de pobre, imagina! Era uma casinha feita de qualquer jeito. Não tinha vidraça, não tinha nada. Era uma escola bem grosseira, uma casa bem mal feita. É! Naquele tempo, as janelas eram daquelas de madeira”. Ela se lembra da escola com apenas uma sala de aula<sup>8</sup>.

Ester Darós de Costa<sup>9</sup>, que começou a estudar em meados da mesma década, descreve uma escola maior: com uma sala bem grande, bem maior que a primeira, aquela que ficava nas terras do Sr. Ângelo. Lembra-se da escola já com duas salas, nas quais havia

5 Honorata Pavei Maccari (ex-professora). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada em outubro de 2003, em Morro da Fumaça.

6 Antes de a professora Honorata Pavei Maccari começar a lecionar nesse prédio escolar, sua irmã ocupou sua vaga por alguns meses, até que a mesma completasse a sua formação como professora em Tubarão.

7 Custódio da Rosa (antigo morador do bairro). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada em 04/09/2003, em Criciúma.

8 Genoefa Darós (ex-aluna). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada no dia 08/10/2003, em Criciúma.

9 Ester Darós de Costa (ex-aluna). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, realizada nos dias 02/10/2003, em Criciúma.

mesinha e cadeira próprias para a professora, para quem todas as demais carteiras estavam voltadas. Não havia banheiro. As crianças e a professora usavam uma "patente" para suas necessidades fisiológicas.

José Pierine<sup>10</sup>, que estudou na escola quando ainda estava instalada nesse local, lembra que a celebração da sua Primeira Comunhão foi ali e, em muitos momentos, as pessoas usavam o mesmo espaço para rezar o terço porque não havia sido construída a primeira igreja.

Essa realidade ainda é observada em comunidades para as quais a escola é o único espaço público existente. As salas de aula, muitas vezes, são utilizadas para reuniões da comunidade, e as instalações escolares servem para as festas comunitárias; enfim, a escola acaba sendo usada para finalidades diversas dos objetivos da educação escolar, mas integrantes da vida das pessoas que moram no seu entorno.

A Sra. Silvina da Silva Ronconi Westrup e o Sr. Gilberto de Costa<sup>11</sup> estudaram numa mesma época, em torno de 1967, e lembram que a escola ficava próxima à igreja. Na ocasião, era composta por duas salas de aula. D. Silvina relata que foi construído um prédio de alvenaria no local onde a Escola Honório Dal Toé funciona atualmente. As instalações que foram construídas naquela época constituem a parte frontal da escola atual.

Enfim, apresentam-se aqui diferentes olhares sobre a mesma escola: cada um fala de um lugar, uma temporalidade, um segmento social diverso. São olhares de alunos que estudaram em diferentes temporalidades, de morador antigo do bairro e de uma das primeiras professoras. Porém, o que chama atenção é o contraste nos olhares do Sr. Custódio e da D. Genoefa, pois ambos descrevem a escola no início de 1930, mas a imagem que o Sr. Custódio tem é de uma escola bonita, singela, uma casinha com a mesma arquitetura de uma igreja de quatro águas. Já D. Genoefa a descreve de forma totalmente oposta. Ficou na sua memória uma casinha feia, grosseira e mal feita. São pessoas que viveram na mesma época, na mesma comunidade, mas pertenciam a segmentos sociais diferentes.

10 José Pierine (ex-aluno). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, no dia 06/04/2004, em Criciúma.

11 Gilberto de Costa (ex-aluno). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, no dia 03/10/2003, em Criciúma.

O Sr. Custódio tinha seus 17 ou 18 anos e não havia freqüentado nenhuma escola durante a sua vida, era de família muito pobre, vinda para o trabalho na roça. D. Genoefa, por sua vez, era neta de imigrante italiano, proprietário de terras no centro da cidade de Criciúma, e filha de um dono de terras no Verdinho, criador de vacas de leite e suínos. São pessoas com idades e níveis de escolaridade distintos.

Em função do aumento do número de alunos, em 1993, construíram um outro pavimento atrás do existente. Atualmente, a escola conta com quatro salas de aulas, atende a aproximadamente 100 alunos distribuídos em turmas, da primeira à quarta série do Ensino Fundamental.

Pelos relatos colhidos a partir das lembranças dos entrevistados, no início de 1930 a escola funcionou primeiramente na casa do Sr. Ângelo Casagrande; em seguida, funcionou em local próprio, mas ainda no terreno do Sr. Ângelo. Posteriormente, foi transferida para as proximidades da futura igreja. Em 1970, segundo o histórico da escola, foi construído um prédio de alvenaria no local onde a escola funciona atualmente (HISTÓRICO da EMEF Honório Dal Toé, 2001, p. 2).

O percurso histórico de atuação dessa escola foi acompanhado pela necessidade da construção de um edifício próprio, especialmente definido para que nele funcionassem salas de aula. Esse processo, para Antônio Viñao Frago, resultou do agrupamento histórico de diversas forças e tendências. Tais tendências tiveram caráter social, ao se buscar a especialização e autonomia das tarefas escolares, e caráter educativo, com a profissionalização do trabalho docente.

Da mesma maneira que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa, tampouco qualquer edifício ou local servia para ser uma escola. O edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal. Alguns sinos próprios. (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 73).

Dessa forma, quanto às mudanças ocorridas na arquitetura da escola dessa comunidade, elas não foram meramente estruturais, pois, como nos diz Escolano:

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares. (1998, p. 27).

No decorrer de sua trajetória, a escola recebeu diferentes denominações; no entanto, a escolha do patrono, Honório Dal Toé é mantida até os nossos dias. Este nome foi escolhido porque, segundo os entrevistados, ele doou o terreno onde o prédio está instalado. Cândida Casagrande Dal Toé, sua nora, relata que “a primeira escola foi o meu pai [Ângelo Casagrande] que deu a terra; depois, o Honório comprou aquelas terras e deu a terra para a igreja, escola e centro comunitário; foi tudo o Honório”. O Sr. Custódio confirma: “Ah, sim! O Honório doou o lote para a escola, se não me falha a memória, doou o lote do cemitério também. Ele era um dos donos de tudo isto aqui na época”.

D. Ester tem dúvidas sobre a doação das terras, pois há quem diga que isso foi feito por João Cesário. Mas ela defende que o nome da escola deveria ser daqueles que foram buscar as primeiras professoras, “o velho Casagrande e o João Cesário”, já que isso aconteceu muito antes de o Sr. Honório Dal Toé vir morar no Verdinho. Quando ele chegou ali, seus filhos já eram crescidos. José Pierine, filho do Sr. João Cesário da Silva, tem dúvidas se foi correto colocar o nome da escola de Honório Dal Toé, pois, em sua opinião, outros fundaram esse patrimônio e mereceriam a homenagem.

### **OS ENTRAVERES MATERIAIS AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

Os entraves materiais à escolarização primária das crianças, filhos e filhas dos colonos e agregados do bairro Verdinho, antigo Sangão Madalena, foram muitos desde a organização da primeira escola. Para compreendermos as dificuldades vivenciadas por alunos e professoras dessa comunidade e como elas foram superadas, consideramos importante analisar a evolução da oferta de vagas nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com Romanelli,

Os dados demonstram [...] enorme expansão do ensino depois de 1920. Enquanto nessa época a taxa de escolarização da faixa de 5 a 19 anos era, praticamente, de 9%, em 1940, ela já era de 21,43% e, em 1970, chegou a 53,72%. É evidente a insuficiência dessa expansão, de vez que, em 1970, ainda 46,28% da população escolarizável estavam fora da escola. Mas é evidente também o progresso alcançado, desde 1920, quando mais de 90% da população escolarizável não freqüentavam a escola. (1982, p.64).

**Temos que considerar que, nos anos 30, quando surge a primeira escola por iniciativa da própria comunidade, a realidade educacional brasileira era muito diferente da atual. É somente na Constituição de 1934 que a gratuidade e a obrigatoriedade, em relação ao ensino primário, aparecem juntas pela primeira vez. Desde então, esses dois princípios, o da gratuidade e obrigatoriedade, sempre estiveram presentes em nossas Constituições. Enquanto direito, eles aparecem também pela primeira vez na Constituição, em seu artigo 149, estabelecendo que “a educação é um direito de todos”. Pela primeira vez, também, a Constituição obriga o poder público a disponibilizar um investimento mínimo para a educação. Em seu artigo 156, preconiza que “a União e os Municípios aplicarão nunca menos de 10% e os Estados e o Distrito Federal nunca menos que 20% resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (BRASIL, Constituição Brasileira de 1934).**

Como sabemos, um dos mais fortes movimentos na área educacional, contribuindo de fato para que essas questões fossem incorporadas à Constituição de 1934, foi realizado pela Associação Brasileira de Educação – ABE, criada em 1924, e que torna público, em 1932, um documento que se tornou um marco na história da educação brasileira. Foi assim que o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, assinado por 26 intelectuais, defendeu, entre outras coisas, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino.

A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico,

mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. (O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova, p. 6).

Em 1935, o quadro do ensino público em Santa Catarina configurava-se da seguinte forma: 108.811 alunos matriculados em escolas particulares e públicas (municipais e estaduais) e 1.340 professores, sendo 504 normalistas, 254 complementaristas e 582 professores em situação provisória (FIORI, 1991, p. 122).

D. Ester, que entrou na escola em 1936, quando tinha oito anos, lembra que as crianças pobres não levavam lanche para comer no recreio. Muitas comiam farinha com café antes de irem à escola e algumas passavam o dia inteiro com essa alimentação. Os alunos que traziam lanche repartiam com as várias crianças que não tinham condições de levar nada para comer. D. Cândida, que começou a estudar no final dos anos 30, conta que cada um levava seu lanche. Alguns sentiam vergonha do que levavam e comiam escondidos, mas dividiam.

D. Jacira estudou naquela escola nos anos de 1960 e se lembra da existência de uma horta. No entanto, as verduras e legumes nela plantados não eram usados na merenda porque, nessa época, ainda não se fazia merenda escolar. A horta era usada para ensinar as crianças a plantarem; em suas palavras, "ensinavam o cultivo da lavoura na escola, tanto na escrita como na prática. Então, ela [professora] levava a gente lá para trás para mexer com a terra"<sup>12</sup>.

As privações eram inúmeras, sendo comum as crianças andarem descalças. Algumas caminhavam até três quilômetros a pé, sobre a geada que caía nas vegetações rasteiras, durante os invernos rigorosos característicos da região. Ter um calçado era um luxo. Não precisava ser muito pobre para não o ter, era comum, independentemente do grupo social.

A falta de condições para a compra do material escolar era um outro problema. Do início dos anos 30, D. Ester também lembra que:

12 Jacira da Rosa (ex-aluna). Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso, no dia 04/08/2003, em Criciúma.



As crianças pobres não tinham material nenhum. A professora dava tudo. Os do primeiro ano passavam as cartilhas para os alunos do outro ano. Cada ano, cada um pegava a sua cartilha. Quando chegava no outro ano, os que tinham ganhado e passado de ano entregavam a cartilha para o outro. Era todo o ano a mesma cartilha. Hoje em dia, muda todo ano; naquele tempo, não. Quem podia comprava. Comprava lápis, caneta, de tudo ali. Foi o filho desse velho Casagrande que botou o boteco. Vendiam de tudo.

Essa dificuldade também aparece em outra temporalidade, agora nos anos 60. D. Jacira relata que “às vezes, eles [seus pais] não tinham como comprar um caderno; então, tiravam o dinheiro de um quilo de farinha. Faziam qualquer coisa para comprar o caderno[...]”.

Em meados da década de 60, o Sr. Gilberto já tinha uma pasta para carregar seu material escolar. Entretanto, muitas crianças tinham que levar os materiais num “saquinho” de arroz e, por esse motivo, seus irmãos deixavam a pasta em casa, para se solidarizarem com aqueles que não tinham. Ele também nos conta que, nas festividades do Sete de Setembro, usavam uma latinha de cera como tambor. Toda a banda da escola era feita com latinhas de cera.

A água encanada e a energia elétrica foram conquistas mais demoradas para essa comunidade, por estar situada na área rural do município de Criciúma. A água era carregada no balde e trazida pelos/as alunos/as da casa do Sr. Honório Dal Toé. Os que terminavam os afazeres escolares mais cedo ficavam responsáveis por essa tarefa. Ainda no terceiro prédio construído para funcionamento da escola, no início dos anos 30, não havia energia elétrica - é o que nos conta D. Ester.

Os entraves materiais vivenciados pelos sujeitos envolvidos nas primeiras práticas escolares deste estabelecimento de ensino não foram diferentes das limitações que outros sujeitos vivenciaram e vivem em outros espaços escolares. No entanto, a persistência e a necessidade da escolarização, numa sociedade que vinha se inserindo no movimento de modernização, contribuíram decisivamente para a superação dessas dificuldades.

## DA LOUSA À CARTILHA

Quanto à prática da escrita, a professora Honorata conta que, na época em que começou a lecionar, em torno de 1933, seus alunos usavam a lousa com uma caneta de pedra para fazer os exercícios; entretanto, cada um tinha um caderno para fazer os ditados e também o caderno de caligrafia, no qual não podiam escrever fora das linhas.

O caderno de caligrafia foi e ainda é utilizado nas escolas, a despeito das críticas tão freqüentes. É que a letra desenhada foi bastante valorizada na história da escrita e na escola. O “caderno de caligrafia” vem para corrigir os “garranchos”, como eram denominadas as escritas não inteligíveis. Foucault, ao discutir o controle disciplinar do corpo, afirma que “uma boa caligrafia [...] supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador” (1987, p. 138). Ele traz esse exemplo para mostrar que o “controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez” (*ibidem*, p.138), ou seja, o aluno ou a aluna que escreve legivelmente usa bem o seu tempo, não fica ocioso nem inútil e atende com maior eficiência e rapidez às solicitações dos professores.

D. Cândida, que estudou na escola nessa mesma época, lembra que, no primeiro ano, só usou a lousa; foi apenas no segundo ano que começou a usar o caderno. Mesmo com o acesso ao caderno, a lousa não foi abandonada e isso deve ter ocorrido em função do alto custo do caderno na época. Mas, para algumas famílias, mesmo o acesso à lousa não era algo tão fácil, como pode ser constatado no depoimento:

Acho que escrevíamos na lousa porque o caderno era caro. Uma vez, quebrou a minha lousa, tive que comprar outra. Era uma lousa assim igual a um quadro e em volta era de madeirinha. A gente deixava a madeirinha brilhando, lustrava, cuidava. Éramos nós que comprávamos. Onde nós morávamos não tinha. Comprávamos em outro lugar. O Verdinho não tinha. Comprávamos, acho, no centro de Criciúma, não

lembro. Tinham crianças que não tinham condições de comprar a lousa. As crianças que podiam ajudavam.

**Novamente percebemos que os entraves materiais ao processo de escolarização das crianças dessa comunidade foram inúmeros, mas, certamente, não foram diferentes dos ocorridos em outros lugares e temporalidades. Vidal e Esteves nos remetem para uma compreensão mais ampla dessas dificuldades:**

O entrave material à escolarização da escrita começou a ser superado no fim do século XVIII e início do século XIX. As propostas de escrita em mesas de areia com o dedo para alunos novos e sua progressão às ardósias e lápis de pedra, antes do aprendizado do uso da pena e do papel, nos últimos anos dos setecentos e primeiros dos oitocentos, pelo método mútuo, permitiram, pela primeira vez na escola elementar, a simultaneidade do ensino da leitura e da escrita. (2003. p. 117).

Nos depoimentos colhidos há indicativos de que o uso da lousa foi intenso até o final da década de 30 do século XX, sendo que o caderno também era usado desde o seu início. A lousa, ou a ardósia, como também era chamada, só saiu de cena quando houve a introdução do papel no espaço escolar. No entanto, os primeiros cadernos escolares conviveram com as lousas durante algum tempo, já que o papel só teve seu custo reduzido mais tarde. Desse momento em diante, o papel em forma de caderno de rascunho é introduzido na escola, mas os alunos menores das séries iniciais continuavam usando as lousas individuais, devido ao preço elevado do papel (VIDAL; ESTEVES, 2003. p. 118).

A caneta tinteiro foi usada até o final dos anos 50. O quadro-negro surge no momento em que a lousa começa a entrar em desuso. Esse artefato passa a ser usado em salas de aula como referencial para os professores exemplificarem, com o uso da escrita, dúvidas, cálculos, atividades e anotações diversas sobre os assuntos estudados. O quadro-negro e o giz se tornaram ícones da escola, pois, quando visualizamos um quadro escrito a giz, a primeira idéia que surge em nossas mentes é a da escola, é a da sala de aula.

Para se proteger do pó de giz, era muito comum os professores utilizarem guarda-pós no cotidiano da sala de aula. D. Ester lembra

que sua professora tinha um. Ao evocar sua memória, ela afirma: "O guarda-pó era branco de pinguinhos pretos, ainda me lembro, minha cunhada quem fez".

Alguns materiais escolares eram comprados na "bodega" da comunidade, mas a maior parte só podia ser obtida no centro da cidade e esse fato dificultava a aquisição dos mesmos. Sobre isso o Sr. José Pierine conta que "no começo, nem cartilha tinha. Era uma lousa de pedra. Nós escrevíamos, apagávamos e escrevíamos novamente. Se não tínhamos lápis [giz] para escrever, escrevíamos até com prego".

Mas as condições materiais vão se modificando e a introdução do papel no ambiente escolar vai aos poucos se popularizando. Silvina, que estudou nos anos 60, relata-nos que, em sua época, as provas eram feitas em papel almaço com pauta e as margens eram confeccionadas com a dobradura da folha.

Se o caderno demorou para substituir totalmente a lousa nessa escola e fazer parte do conjunto de materiais escolares, o mesmo aconteceu com as cartilhas e livros de leitura. Praticamente todos que foram entrevistados se lembram desses artefatos escolares. No entanto, num primeiro momento, as cartilhas e livros eram exclusivos da professora. Com o passar do tempo, todos os alunos tinham que ter os seus. D. Ester, que fez o primário nos anos 30, ainda tinha em casa um livro do terceiro ano. D. Jacira, que estudou nos anos 60 e tinha Adelina Dal Toé como professora, guarda nas suas lembranças um livro que era desenhado: "Não era letra de imprensa, era letra escrita, com caneta preta".

Com a introdução do papel no âmbito escolar a escrita era realizada com a caneta tinteiro ou com o lápis, materiais relativamente caros. A caneta tinteiro, mesmo sendo um avanço para a prática da escrita em relação à lousa, trazia consigo algumas limitações. Uma delas resultava da facilidade com que as folhas eram borradas - daí o uso de um outro componente: o mata-borrão, especialmente o modelo "bercinho" pela facilidade em absorver o excesso de tinta do texto escrito com pena ou caneta tinteiro.

Os que mais sofriam eram os canhotos. Para Vidal e Esteves, sua situação foi facilitada "com o surgimento da caneta BIC, que definitivamente tornava a escrita acessível aos canhotos, posto que podiam correr livremente a mão sobre a letra recém traçada sem borrá-la [...]"(2003, p.119).

A entrada de alguns objetos na escrita foi gradual no espaço escolar. "Por ser muito mais barata que a caneta tinteiro, a caneta de madeira com pena metálica, usada desde o século XIX, permaneceria na escola até a década de 1960, quando foi introduzida a caneta esferográfica. A borracha para apagar marcas de lápis tornou-se viável a partir da metade do século XIX, depois que o processo de vulcanização da matéria-prima foi descoberto" (CENTRO de Referência em Educação: Mário Covas, 2005).

Para apontar o lápis, em geral os alunos usavam a navalha da marca Gillette, muito difundida e utilizada para cortar a barba de seus pais. Sobre isso D. Silvina conta que usava a mesma "Gillette" que seu pai descartava, após o corte da barba. À época a que ela se refere já existiam os apontadores de lápis.

### **OS OBJETOS ESCOLARES IMPONDO A DISCIPLINA NA ESCOLA**

A disciplinarização e normatização do espaço escolar ficam mais evidentes quando percebemos que as mobílias da sala de aula vão se modificando com o passar dos anos. No início, quando a escola era na casa do Sr. Ângelo Casagrande e, posteriormente, quando foi construída uma casa para o seu funcionamento, ainda no terreno do Sr. Ângelo, as carteiras eram bancos bem compridos, com lugar para sentarem vários alunos e apoio para escrever, semelhante aos bancos de igreja.

Quando a escola passou a funcionar nas proximidades da igreja, no início de 1930, mesmo ainda grosseiras, as carteiras não eram mais tão compridas e acomodavam de quatro a cinco crianças. No tampo da carteira já aparecia um orifício para o encaixe do tinteiro. A professora também tinha sua mesa e cadeira.

Com base nas entrevistas, há indícios de que só a partir dos anos de 1950 as carteiras passaram a acomodar dois alunos e tinham prateleiras embaixo para a guarda dos materiais. Nessa época, as bases de apoio para a escrita apresentavam canaletas para encaixe dos lápis, mas mantinham o orifício para a acomodação do tinteiro. No início dos anos de 1960, as carteiras ainda destinavam-se a dois estudantes cujo material era colocado sob o tampo. Nos anos 70, as carteiras passaram a ser individuais. Hoje, quem fizer uma visita

às salas da EMEF Honório Dal Toé encontrará carteiras individuais, com estruturas metálicas e tampas de fórmica.

Michel Foucault nos ajuda a compreender a dimensão disciplinadora da escola sobre o corpo dos alunos e as mudanças ocorridas com essa mobília. No início, eram semelhantes a bancos de igreja, nos quais vários alunos se sentavam durante as aulas; depois, passaram a ser individuais. Ele afirma, a partir de seus estudos, que a escola, ao determinar

[...] lugares individuais, tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (FOUCAULT, 1987, p. 134).

A acomodação de alunos e alunas em carteiras individuais possibilita um maior controle por parte dos professores em relação ao comportamento dos primeiros. Em carteiras individuais, as dificuldades para as conversas durante as aulas são maiores, os movimentos ficam mais aparentes, as barreiras para as “colas” nos dias de prova ficam maiores.

A mudança no design das carteiras escolares também está ligada à preocupação em relação à postura corporal dos alunos e alunas, dentro de um processo de modernização da sociedade, no qual a medicina influenciará de forma significativa os saberes pedagógicos. No início do século XX, “na sala de aula, carteiras importadas da Europa e dos Estados Unidos mantinham o corpo dos alunos na posição correta, prevenindo a escoliose, como era recomendado nos livros de higiene” (CENTRO de Referência em Educação: Mário Covas, 2005).

Mas os dispositivos disciplinares não se apresentavam apenas na disposição e nos tipos de carteiras, pois os castigos corporais eram aplicados com frequência. A régua (grande e de madeira), usada pela professora para apontar as letras no quadro para que os alunos as soletrassem, também era utilizada para repreender determinados tipos de comportamento em sala de aula.

Além das “reguadas”, esse objeto era utilizado pela professora para chamar a atenção dos desatentos ao bater fortemente com

ele sobre o tampo de sua mesa ou de uma carteira. Nem tudo precisava ser falado. Foucault, ao analisar a composição das forças para a disciplina do corpo na escola, apresenta uma das estratégias utilizadas na manutenção de determinada disciplina em sala de aula: o aluno deveria “aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles” e, ainda, o treinamento dos escolares deveria ser feito com “poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais – sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre [...]”. (FOUCAULT, 1987, p. 150).

Esse tipo de linguagem não verbal foi e é ainda presente nas salas de aula. Também faz parte dessa linguagem um outro objeto, preservado até hoje na escola. Trata-se de uma antiga “sineta”, como era chamada. O sino, herança da Igreja, que se materializou por meio da “sineta”, ou seja, um sino pequeno, utilizado no âmbito escolar para marcar o tempo: entrada e saída, divisão das aulas e para anunciar o início e fim do recreio. Como ex-alunos e ex-alunas, sabemos que um dos momentos de maior alegria da turma aconteciam quando “batia o sinal” para irmos para o recreio ou embora. Todos sabiam o significado do sinal que era emitido pela “sineta”, mas outros sinais eram e são emitidos, com o emprego de outros objetos, com a finalidade de controlar a turma.

Além da régua, outros objetos foram utilizados nessa escola para castigar: pedaço de tronco de árvore com uma abertura no meio para colocar os/as desobedientes, varas, milhos para os alunos se ajoelharem em cima e o registro do nome no livro-negro, acompanhado de suspensão, quando o ato de indisciplina era mais grave.

Outra forma de controle era feita por meio dos livros de chamada. Sr. Gilberto, que estudou na escola no final dos anos 60 e início dos anos 70, lembra que, no início, a professora fazia a chamada antes de os alunos entrarem na sala e, mais tarde, passou a ser feita quando todos já estavam em seu interior. Silvina, que além de ex-aluna foi também professora, estudou naquela época e nos conta que, com a chamada, a professora identificava as crianças que estavam faltando muito em função do trabalho na agricultura, e ia buscá-las em casa para que não abandonassem a escola.

Um outro dispositivo de controle era o uso do uniforme. No início da década de 1930, a senhora Honorata lembra do uso de

uniforme por seus alunos. Já no final dos anos 30, começa a ser usado o uniforme escolar composto por uma peça azul, saia para as meninas e calção para os meninos, e blusa branca. Nos anos de 1960, D. Jacira disse que o uniforme era comprado com muito sacrifício e assim ela o descreve: "Era uma saia azul e uma blusa branca. Saia de prega. Não era camiseta não, era camisa mesmo, social. Sapato, às vezes nós ganhávamos um a cada ano".

Se o uniforme escolar representou um forte símbolo escolar, a Bandeira do Brasil também ocupou um lugar de destaque no processo de escolarização em nosso país. Esse símbolo nacional foi muito lembrado pelos alunos e alunas, principalmente por aqueles que estudaram na escola próxima à atual igreja. Uma das fotografias do referido prédio escolar do início dos anos 30, que faz parte do acervo de Honorata, demonstra a forte valorização da Bandeira Nacional. Erguida em um mastro, ela era exposta bem no centro da parte frontal da escola. É como se a bandeira fosse algo imprescindível para a identificação de que ali funcionava um educandário. O Hino Nacional e o Hino à Bandeira também estão muito presentes nas memórias de José Pierine, que estudou na segunda metade dos anos 30. Ele lembra que o Hino era cantado todos os dias no horário de entrada ou saída da escola.

Isso nos remete para o processo desencadeado em nosso país, no momento da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, quando as instituições brasileiras desempenharam um forte papel no estímulo ao nacionalismo, proclamado intensamente que tinha, na "defesa dos interesses nacionais", o principal mote de seus discursos. As crianças e a juventude ocupavam um lugar especial nos pronunciamentos do Presidente e, para atingi-las, nada melhor do que privilegiar a escola como uma das principais instituições no processo de fortalecimento da nação brasileira, a fim de educar crianças e jovens para serem patriotas e defensores dos interesses nacionais.

A disciplinarização sobre os corpos dos alunos e alunas sempre foi alvo de interesse, no espaço escolar, desde a institucionalização do ensino. Na escola sob enfoque, certos objetos fizeram parte desse cenário, como os tipos de carteira, a régua, o sino, os cadernos de caligrafia, os livros de chamada. O uso de alguns tinha como objetivo castigar os corpos; no caso de outros, o intuito era mais abrangente: normatizar e regulamentar a vida escolar.



## CONCLUSÃO

Parte dos objetos e da arquitetura que permearam os primeiros passos dessa instituição foi aqui problematizada. Eles compõem uma das dimensões de sua cultura material. Não são, portanto, objetos e estruturas inertes, estáticas, indiferentes aos olhos dos envolvidos. São fontes importantes e passíveis de inserção no diálogo, por meio das quais, ao fazermos os questionamentos que nos mobilizam, compreendemos os vários momentos da História da Educação local, regional e nacional.

O nosso objetivo foi chamar a atenção para os suportes materiais que concretizaram essa escola como ambiente de difusão do conhecimento e destacá-los na composição do cenário histórico da escola pública. Mas sabemos que os processos não são lineares e essa escola, certamente, a partir das práticas e saberes dos sujeitos que nela atuaram na temporalidade definida, tem suas especificidades e particularidades em relação ao movimento maior vivenciado pelo sistema público educacional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição(1934) Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 16 de julho de 1934. Disponível em: < <http://www.bibliojuridica.org/libros/4/1960/7.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2005.

CENTRO de Referência em Educação Mario Covas – CRE. Memorial da Educação. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj\\_a.php?t=0o5](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=0o5)>. Acesso em 30 out. 2005.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Augustín. Currículo, espaço e subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e políticas de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Editora da UFSC, 1991.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

HISTÓRICO Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Honório Dal Toé da Rede Municipal de Educação de Criciúma, 2004.

## Memórias, objetos e arquitetura... - *Giani Rabelo*

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. Disponível em <<http://www.iss.com.br/~jbello/hemanif.htm>> Acesso em 06/10/2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

VIDAL, Diana Gonçalves; ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (orgs.). Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX). Pelotas, RS: Seiva Publicações & FAPERGS, 2003.

VIÑAO FRAGO, Antônio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro, n.7, 2000.

\_\_\_\_\_. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação. n. 0. set./out./nov./dez. 1995.

\_\_\_\_\_; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Recebido em 9/5/2008

Aceito em 11/6/2008